



Organizações sociais e afirmação negra brasileira (1888 - 1978)

Social organizations and Brazilian black affirmation (1888-1978)

Arilson dos Santos Gomes

Doutor em História. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab. Redenção - CE.
Brasil. arilsondsg@yahoo.com.br

Resumo:

O trabalho intenta problematizar, por meio de bibliografia pertinente e de fontes impressas, as tensões sociais enfrentadas pelos afrodescendentes no período imediato ao pós-abolição no Brasil até o final de década de 1970. Nesses contextos, o protagonismo das organizações sociais e dos indivíduos, negros e negras, foram fundamentais para a reivindicação de seus direitos e para a afirmação de suas identidades, antes estigmatizadas. Destaca-se que a educação e a produção de conhecimento foram consideradas, pelas principais lideranças desses movimentos, como ferramentas principais para a inserção cultural, social e política das populações representadas.

Palavras-chave: Abolição. Organizações sociais. Identidade negra.

Abstract:

The paper attempts to problematize, through relevant bibliography and printed sources, the social tensions faced by Afro-descendants in the period immediately after Brazil's post-abolition until the end of the 1970s. In these contexts, the protagonism of social organizations and individuals black the were fundamental to the claim of their rights and to the affirmation of their previously stigmatized identities. It should be emphasized that education and knowledge production were considered by the main leaders of these movements as the main tools for the cultural, social and political insertion of the populations represented.

Keywords: Abolition. Social organizations. Black identity.

Considerações iniciais

No Brasil, antes do período conhecido como pós-abolição, Joaquim Nabuco (1849–1910), José do Patrocínio (1853–1905), Luís Gama (1830–1882), Cruz e Souza (1861–1898) e André Rebouças (1838–1898) foram abolicionistas destacados. No entanto, conforme relatou Nabuco, “[...] a corrente abolicionista parou no mesmo dia da abolição [...]”. O registro de Nabuco é importante para refletir sobre os dias que se sucederam após a libertação jurídica de “[...] quase dois milhões de pessoas [...]”¹.

O abolicionismo finalizou, mas os problemas para as populações afrodescendentes estavam apenas começando. Discussões sobre raça, motivadas pelo medo das elites referentes às massas negras livres e legitimadas pelo darwinismo social e pelo racismo científico – consubstanciado pela

¹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Recife: Ediouro, 1966. p.134–144.

política do branqueamento e pelas políticas de higienização – passam a contribuir para a invisibilidade e a marginalização cada vez maior das populações afro-brasileiras.² Diante dessa situação, a luta por melhorias depois da abolição ficou sob a responsabilidade das próprias populações libertas em negociações com representantes do estado e da sociedade abrangente.

Portanto, como a comunidade negra livre reivindicou suas necessidades? Qual foi a tensão enfrentada? Como ela lutou visando à sua inserção social e afirmação identitária? A educação e a produção de conhecimento foram as principais ferramentas para a integração das populações negras. Foi a partir de suas organizações – citadas como locais de encontros de representantes dessa identidade – que se iniciam aulas de alfabetização, apontando estrategicamente a integração na sociedade abrangente por intermédio da educação de seus pares.³

As organizações sociais negras são núcleos de (re) encontro para a comunidade negra reivindicar a sua inserção social, afastando-a de vez da marginalização que, de certa forma, é imposta após o dia 13 de maio de 1888. Como aduz Paul Singer, “[...] o negro brasileiro sempre foi um organizador [...]”⁴. Nesse sentido, os quilombos, as insurreições e as fugas no contexto da escravidão são considerados meios de ordenar essa população, já que eram ações pensadas contra a condição adversa. Mas as organizações negras a que se refere esse artigo são as de caráter associativo, político e social, como blocos carnavalescos, sociedades de auxílio mútuo, sociedades políticas e dançantes.

Este trabalho, por meio de bibliografia pertinente e de análise de discurso, propõe-se a demonstrar o protagonismo das populações afro-brasileiras, de suas organizações e de suas lideranças nas lutas por reconhecimento social e afirmação. Para atingir os objetivos deste artigo, serão interpretados os resultados do pós-abolição e as trajetórias de indivíduos e das principais organizações sociais passados 90 anos do final da escravidão.

O trabalho terá como objetivos analisar como a imprensa e as organizações sociais auxiliaram as populações na luta contra os estereótipos; interpretar estudos afro-brasileiros e a democracia racial; evidenciar as associações e o protagonismo negro e, por fim, delinear a mobilização política e a afirmação negra no final da década de 1970.

Imprensa e organizações sociais derrubando estereótipos

Os discursos vinculados aos estereótipos instaurados no período do pós-abolição, advindos da sociedade hegemônica, ensinaram ao negro que para ser aceito socialmente seria necessário negar-se. Contudo, a identidade negra, aqui, deve ser entendida de maneira positiva.⁵

² GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In __: *Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p. 305-325.

³ PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Cultura e Afro-descendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2008. Tese de Doutorado em História.

⁴ SINGER, Paul; BRANT, V.C. (org) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 143.

⁵ A identidade negra é entendida, aqui, como “uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial (ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial) sobre si mesmos,

Homi Bhabha (2007) vincula estes estereótipos à fixidez da construção ideológica colonialista – utilizada de maneira estratégica e repetida – identificando no sujeito um local imutável: sempre “no lugar” conhecido, inferior. Portanto, é a partir dos representantes desse grupo que suas necessidades, em um primeiro momento, passam a ser constitucionalmente reivindicadas.⁶

Depois da abolição e do advento da república, um setor da população negra fundou associações de diversos tipos: clubes, centros cívicos, grêmios literários, sociedades recreativas e dançantes. “Elas formavam o que mais tarde foi designado movimento negro [...]”.⁷ Nesse período, no Rio Grande do Sul, fundam-se jornais que, em suas linhas, denunciam e protestam contra as discriminações e visibilizam e afirmam a identidade negra. Criado por intelectuais negros, o Jornal “O Exemplo” é o mais antigo do País, fundado em Porto Alegre no ano de 1892.⁸

Nos jornais da imprensa negra, localizam-se matérias sobre cursos de alfabetização e de instrução. A educação de seus pares foi uma prática constante nas organizações negras de Porto Alegre e do País. Na capital sul-rio-grandense, as sociedades “Floresta Aurora”, “Marcílio Dias” e “Satélite Prontidão”, desde o final do século XIX mantinham em suas sedes cursos de alfabetização, conforme demonstram pesquisas.⁹

a partir da relação com o outro” (GOMES, 2005, p.43). No Brasil, no pós-abolição, os membros desse grupo permaneciam estigmatizados.

⁶ A Constituição de 1891 dispunha apenas: “Todos são iguais perante a lei”. As demais constituições subsequentes também propunham a igualdade. A Constituição de 1934 dizia: “Todos são iguais perante a lei. Não haverá privilégios, nem distinções, por motivos de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas” (art.113, alínea I). Já a Constituição de 1946, artigo 141, ofereceu as bases dos direitos individuais à “vida, liberdade, segurança e propriedade pessoal”, enquanto estabelecia novamente: “todos são iguais perante a lei” (DAVIS, 2000, p.39). Entretanto, no cotidiano brasileiro as relações raciais eram, em grande medida, discriminatórias.

⁷ DOMINGUES, Petrônio. Entre dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p.19.

⁸ Intelectual negro, aqui, é entendido à luz do conceito de José Antônio dos Santos, que identifica esses homens como os responsáveis pela circulação das informações através de suas escritas produzidas em periódicos, denominados imprensa negra, já que era um material produzido por intelectuais negros no final do século XIX, exclusivo para o fortalecimento de sua comunidade. Os seguintes jornais negros existiram no Rio Grande do Sul: “O Exemplo”, de Porto Alegre (1892), “A Cruzada”, de Pelotas (1905), “A Alvorada”, de Pelotas, 1907, “A Hora”, de Rio Grande (1914), “O Succo”, de Santa Maria (1914), “A Tesoura”, Porto Alegre (1924), “A Liberdade”, Porto Alegre (1925), “O Astro”, de Cachoeira (1927) e “A Navalha”, de Santana do Livramento (1931). Ver SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional*. Doutorado em História PPGH-PUCRS, 2011.

⁹ A instrução, o ensino e a educação eram atividades frequentes também nas Frentes Negras; independentemente da cidade em que ela existiu, oferecia cursos e seminários para os seus associados se afirmarem e se integrarem à sociedade. A Frente Negra Brasileira foi fundada em São Paulo, no dia 16 de setembro de 1931, por Arlindo Veiga dos Santos (1902–1978). No decorrer de sua trajetória, de setembro de 1931 até dezembro de 1937, a organização foi presidida por Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até junho de 1934, e por Justiniano Costa, que ocupou a presidência até a extinção da organização. No Rio Grande do Sul, a Frente Negra Pelotense foi fundada no dia 10 de maio de 1933 por José Aduino Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Humberto de Farias e Miguel Barros, sendo que, este último, também fora fundador da Frente Negra de Pernambuco. Tinham como atividades, em suas dependências, a realização de cursos e seminários para a comunidade negra direcionados para a educação e a união. Dentre os seminários direcionados estavam a “reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça”, e temas como: “A mulher negra e o futuro da raça”. GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos frentenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Porto Alegre, PPGH-

Um acontecimento marcante, que reuniu as associações e a imprensa negra, foi a recusa de diplomação do carioca Monteiro Lopes (1867–1910). Salienta-se que eram difíceis os relacionamentos entre os políticos reconhecidamente negros e as instâncias políticas de poder, resultado do forte preconceito a que esses agentes eram vítimas na incipiente República, visto como tensões inerentes às disputas pelo poder. Quanto a essa situação, tem-se, no caso de Monteiro Lopes, o problema evidenciado.

Manoel da Motta Monteiro Lopes nasceu no Recife, Estado de Pernambuco, em 25 de dezembro de 1867, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1910. Filho do operário Jerônimo Motta Monteiro e de Maria Egípcia de Paula Lopes, ambos afrodescendentes, Monteiro Lopes foi chefe de polícia e exerceu cargos públicos. Em 1894, transferiu-se para a Capital Federal, Rio de Janeiro, para se dedicar à advocacia. Em 1909, Lopes concorreu às eleições para deputado distrital, ficando em terceiro lugar com 2.337 votos.

Contudo, a imprensa noticiava os conluios e conchavos que aconteciam nos bastidores do poder, no sentido de impedir a diplomação do político afro-brasileiro. Inclusive, setores da imprensa informavam que seria uma vergonha deixar entrar no congresso um homem de cor, referindo-se a Monteiro Lopes. O político iniciou um trabalho de articulação nacional para garantir seu direito.¹⁰ O Rio Grande do Sul foi importante no apoio destinado às intenções do deputado, principalmente pela intensa participação da comunidade negra nas associações. Com destaque para a cidade de Pelotas.

Pelotas foi uma região relevante em termos de associativismo negro no início do século XX, efeito da grande concentração dessas populações advindas desde as charqueadas, em que o braço escravizado movimentava a riqueza da cidade e a prosperidade da elite local¹¹. E em virtude da opulência produzida pela carne seca e salgada (o charque) – que inclusive era produto de exportação – a cidade possibilitou o destaque e o cosmopolitismo do município, permitindo o trânsito de ideias e de pessoas de outras partes do País.¹² A cidade também teve intensa produção de lavouras e roças, que eram constantemente ocupadas por quilombolas.¹³

Fernanda Oliveira da Silva, que pesquisou os clubes e as associações negras de Pelotas, encontrou referências a respeito do “Centro Etniográfico Monteiro Lopes”, criado em 6 de março de 1909 em reação à recusa de setores políticos e parcelas da opinião pública em dar assento ao deputado em virtude de sua cor. O político encontrou importante respaldo da comunidade negra local.¹⁴ No dia

PUCRS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

¹⁰ GOMES; DOMINGUES, 2013.

¹¹ ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780-1888)*. Passo Fundo: FCM Editora, 2013.

¹² Para Caiuá Cardoso Al-Alam, o mundo do trabalho em Pelotas, e estendendo à cidade do Rio Grande, já que as duas cidades viviam intimamente conectadas pela particularidade da ligação para o mar, deve ser visualizado dentro de uma ideia do cosmopolitismo. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácios das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2013. Tese de Doutorado em História.

¹³ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; AL-ALAM, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2013.

¹⁴ SILVA, Fernanda Oliveira. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)*. Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2011.

6 de março, na reunião de fundação do Centro, estavam presentes os membros do Jornal *A Alvorada* e membros das associações negras, entre esses, Rodolfo Xavier, Modesto Passos e os irmãos José da Silva Santos (1863) e Balbino Conceição da Silva Santos (1879-1950), tios de Carlos Santos, outro político negro que terá sua ação visibilizada neste artigo.

Na ocasião, os membros enviaram telegramas ao senado e à câmara federal em repúdio ao tratamento dispensado a Monteiro Lopes, patrono da associação que foi fundada exclusivamente para defesa de sua diplomação.

A partir de Pelotas, outras cidades inauguraram clubes para protestar a favor dos direitos do deputado, como o “Clube Monteiro Lopes de Rio Grande”, o “Centro Monteiro Lopes”, de Bagé, e o “Centro Monteiro Lopes”, de Santa Maria, difusão motivada efetivamente pelo “Centro Ethiópico Monteiro Lopes” de Pelotas. Segundo as pesquisas de Silva, as repercussões a favor do deputado ultrapassaram as fronteiras nacionais, chegando ao Uruguai¹⁵. Passado o episódio, já diplomado, Monteiro Lopes manteve laços com os organizadores do Jornal “A Alvorada”, reforçando a coletividade negra e afro-brasileira.

Em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, também houve manifestação na “Sociedade Beneficente Floresta Aurora de Porto Alegre” a favor de Lopes.¹⁶ De acordo com Liane Müller, “[...] os negros organizados em estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, deram início a uma intensa campanha para efetivar sua diplomação. Alcançado o objetivo, Monteiro Lopes visitou Porto Alegre no ano seguinte, sendo recebido com festa, especialmente na Sociedade Floresta Aurora [...]”¹⁷.

Além das dificuldades de inserção na política nacional, como visto, as tensões raciais insistiam em permanecer na sociedade: políticas de imigração, subempregos, rivalidades nos locais de trabalho e a revolta dos marinheiros negros evidenciam os problemas. A revolta liderada pelos marinheiros negros João Cândido Felisberto, André Avelino, Francisco Dias Martins e Manoel Gregório do Nascimento e mais centenas de colegas negros, entre 22 e 26 de novembro de 1910, – que ameaçaram de devastação a então Capital Federal da República – puseram o racismo em pauta, estamparam suas reivindicações contra a opressão e os castigos corporais a que eram submetidos nas primeiras páginas dos jornais “O Paiz”, “O Estado de S. Paulo”, “Le Fígaro” e “New York Times”, e criticaram a jovem República. Eram as ações negras brasileiras visibilizadas também na imprensa internacional, em que pese às imagens, representadas em charges publicadas pelos periódicos citados continuarem a reproduzir esses indivíduos com traços selvagens. Diferente da imprensa negra citada anteriormente que, produzida por negros, visibilizava em suas linhas essas populações de maneira assertiva com vistas a derrubar estereótipos.

¹⁵ SILVA *apud* TAVARES, 2011.

¹⁶ A Sociedade Beneficente Floresta Aurora surgiu no dia 31 de dezembro de 1872. É a sociedade negra mais antiga do Brasil, fundada por Polydorio Antonio de Oliveira, negro forro, na cidade de Porto Alegre (MÜLLER, 1999).

¹⁷ MÜLLER, Liane Suzan. “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*” – *Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. p. 130.

Os estudos afro-brasileiros e a democracia racial

Destaca-se, nos anos de 1930, a realização do I e do II “Congressos Afro-Brasileiros”, ambos no nordeste brasileiro. Em 1934, ocorreu no Recife o “Primeiro Congresso Afro-Brasileiro”, organizado e proposto por Gilberto Freyre, intelectuais, acadêmicos, antropólogos e integrantes da Frente Negra. Nesse congresso, foram debatidos temas sobre a história da importação e da escravidão africanas, os problemas de aculturação do negro e as variações antropométricas raciais, além de discussões sobre os livros: *Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mocambos*.

Conforme Mota (1980, p.54), a partir deste período “os estudos da trajetória da obra de Freyre sobre os meios intelectuais assumiu grande importância por permitir a análise da cristalização de uma ideologia com grande poder de difusão: a da cultura brasileira”.

Para Maria Aparecida da Silva Bento, a ideologia da democracia racial passou a se constituir como sinônimo da ideologia da cultura brasileira, neste momento. Esta ideologia surgiu justamente a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, lançado em 1933. “Ao postular a conciliação entre as raças e suavizar o conflito (Gilberto Freyre), ele nega o preconceito e a discriminação [...]”¹⁸.

Munanga acredita que a contribuição de Freyre foi ter demonstrado que negros, índios e mestiços tiveram contribuições positivas na cultura brasileira: influenciaram profundamente no estilo de vida da classe senhorial em matéria de alimentos, indumentária e sexo, dando origem à mestiçagem cultural. Esta exaltação de convivência harmoniosa impediu os membros das comunidades não brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão sociais. Sem consciência de suas características culturais e de uma identidade própria são expropriados, dominados e convertidos em símbolos nacionais pelas elites dirigentes.¹⁹

Todavia, cabe destacar a participação de Barros Mulato, integrante da “Frente Negra Pelotense” no congresso organizado por Gilberto Freyre, em 1934, denunciando em sessão do congresso o problema da discriminação racial e social. Barros Mulato, na ocasião, disse que as populações negras no Brasil eram tratadas “[...] sem a menor noção de humanidade; impedida de sair do marasmo, da inatividade, embargada nos passos [...] vive à parte, no analfabetismo e que necessita de uma segunda abolição [...]”.²⁰ Essa intervenção de Barros Mulato indica que vozes distintas tencionaram e contribuíram para as discussões do encontro, em que pese à condição adversa dessa informação ser difundida, já que o respaldo de Freyre e de seu grupo, na incipiente academia brasileira, era infinitamente maior do que a dos representantes da “Frente Negra”. Porém, os fretenegrinos cientes do contexto social, reclamavam por uma “segunda abolição”.

¹⁸ BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis RJ: Vozes, 2002. p. 48.

¹⁹ MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004. (Coleção Cultura e Identidade Brasileira).

²⁰ ANAIS – Estudos Afro-Brasileiros – *Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. Volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1935. p. 269.

Outra atividade de estudos foi o “Segundo Congresso Afro-Brasileiro”, realizado em Salvador no ano de 1937. Suas atividades contaram com a participação de intelectuais, acadêmicos e do “povo de santo”. Organizado pelo Governo do Estado da Bahia, o encontro teve grande repercussão nacional, contando com participantes de todo o Brasil. Dentre temas e pesquisas debatidos, teve-se protestos dos intelectuais e participantes contra a interferência policial no candomblé. O encontro recebeu a colaboração de babalorixás e ialorixás, como Martiniano Bomfim, Mãe Aninha, Bernardino, Joãozinho da Pedra Preta, Joãozinho da Goméia etc.²¹

A partir desse encontro, Edison Carneiro tornou-se o líder dos estudos africanistas na região: “E assim, ainda em 1937, a 03 de agosto conseguiria fundar, não sem grandes dificuldades dado o sectarismo de alguns grupos religiosos a ‘União de Seitas Afro-Brasileiras da Bahia’”²².

Para Jeferson Bacelar, Edison Carneiro buscou dar ao Candomblé “[...] uma organização que capacitasse os negros ao exercício da liberdade religiosa e a preservação de suas tradições, em suas formas autênticas [...]”. Dele foi o projeto de criação da União das Seitas Afro-Brasileiras, além da abordagem positiva na imprensa baiana do Candomblé. Entretanto, para Bacelar, é preciso que se pense na definição da realidade vigente na época, em que não havia uma Bahia africana, e sim branca e europeia. No plano efetivo das relações raciais, “[...] a exaltação da África seria a contrapartida, com a mesma função controladora, em termos culturais, do mito da democracia racial [...]”²³.

As associações e o protagonismo negro

No período que se segue ao Estado Novo no Brasil (1937–1945), após ditadura instaurada por Getúlio Vargas, surgem organizações que continuam a enfrentar as dificuldades cotidianas das populações negras. Nesse instante, o assistencialismo tem destaque. Contudo, temas com o desemprego e o analfabetismo preocupavam as suas lideranças.

A organização União dos Homens de Cor (UHC), conforme pesquisas de Joselina Silva (2003), foi fundada em 1943, na cidade de Porto Alegre, por João Cabral Alves, tendo as suas atividades encerradas no período da ditadura militar. Tinha como um dos seus objetivos, expressos no artigo 1º do estatuto, no capítulo das finalidades: “[...] elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades [...]”, principalmente através da assistência social. “A UHC tinha uma preocupação de contemplar a mulher negra em seus quadros. Na sua primeira diretoria registrou-se a presença de Maria Bianca Papay, exercendo o cargo de tesoureira nacional [...]”²⁴.

²¹ OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos*: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

²² OLIVEIRA; LIMA 1987, p. 30.

²³ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das Raças, Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 130.

²⁴ DOMINGUES, Petrônio. Entre dandaras e Luizias Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 17-48.

Conforme Petrônio Domingues, a atuação das mulheres foi importante para impulsionar o “espírito associativo”. Contudo, o espaço que lhes era reservado dentro dos movimentos, desde a abolição da escravidão, correspondia à divisão de gênero que se operava na sociedade mais global: o homem no centro, ocupando o espaço público, e a mulher na condição mais periférica, como auxiliar na diretoria, na organização de eventos, no atendimento aos sócios, nos cuidados com a limpeza, nos cursos de culinária, corte e costura, nas ações filantrópicas, organização de chás, quermesses, festas infantis e em outros eventos comemorativos.

O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado na cidade do Rio de Janeiro em 1944, pelo intelectual negro Abdias do Nascimento, bem como a associação anterior, também teve as suas ações encerradas no período de exceção. Os objetivos do TEN eram: contestar a discriminação, formar atores afro-brasileiros, reivindicar a diferença e não apenas integrar-se à sociedade, reconhecer o valor civilizatório da herança africana, além de realizar cursos de alfabetização nos morros cariocas.²⁵

No jornal do TEN, intitulado “Quilombo”, existia a coluna “Fala Mulher”, escrita por Maria Nascimento, que “[...] cerrou fileira na campanha pela regulamentação do trabalho doméstico [...]”. Como a maioria das empregadas era composta de mulheres negras, para Domingues, “[...] essa campanha era concebida no quadro da luta anti-racista [...]” (DOMINGUES, 2009, p.29). Ou seja, tanto a UHC quanto o TEN, nos anos 1940, 1950 e início dos anos 1960, mantinham em suas linhas de atuação a alfabetização e o combate ao racismo como estratégia de inserção social das populações negras atendidas. A organização realizou as “Convenções Nacionais do Negro”, com sede em São Paulo, capital, no ano de 1945; no Rio de Janeiro, em 1946, realizou a “Conferência Nacional do Negro” e o “Primeiro Congresso do Negro”, também sediado no Rio de Janeiro em meados de 1950.²⁶ Nesse contexto, surgiu a primeira lei contra a discriminação racial no Brasil a lei Afonso Arinos.²⁷

Deve-se estar atento à mudança sofrida na nomenclatura do congresso ocorrido no Rio de Janeiro em 1950, intitulado: “Primeiro Congresso do Negro”, organizado pelo TEN e o “Primeiro Congresso Nacional do Negro”, organizado pela Sociedade Floresta Aurora, em 1958, na cidade de Porto Alegre. O termo “nacional”, além de ser o diferenciador das duas atividades, denota, ainda, uma transformação importante nos interesses de seus organizadores, já que existiu uma forte influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na composição deste último.²⁸

²⁵ NASCIMENTO, Abdias; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabengele (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC, V.1, 2004.

²⁶ Para Guerreiro Ramos, intelectual vinculado ao TEN, os congressos afro-brasileiros realizados no nordeste foram predominantemente acadêmicos ou descritivos. Exploraram o que se pode chamar de temas de africanologia, bem como o pitoresco da vida e das religiões de certa parcela de negros brasileiros. Ele ressaltou que, no entanto, esses congressos desbravaram o caminho para os movimentos posteriores.

²⁷ O Projeto nº 562/1950, mais conhecido como Lei Afonso Arinos, era composto por oito artigos. Em linhas gerais, a Lei instituiu como contravenção penal o estabelecimento que recusasse hospedar, servir e atender negros. Crime passivo de multa de Cinco Mil Cruzeiros ou prisão de quinze dias a três meses. Ou até o fechamento de estabelecimentos que desrespeitassem negros. (O QUILOMBO, 1950).

²⁸ GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In ____: *Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.p.305-325.

O “Primeiro Congresso Nacional do Negro” recebeu delegações dos estados do Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Distrito Federal e interior, contando também com a presença de estudiosos, pesquisadores, intelectuais negros e brancos, e com a presença de famílias negras. Durante o encontro, foram debatidos três temas centrais: 1) a necessidade de alfabetização frente à situação atual do Brasil, 2) a situação do homem de cor na sociedade e 3) o papel histórico do negro no Brasil e em outros países. Esses temas foram debatidos do dia 14 ao dia 19 de setembro, identificando novamente a educação como problema a ser resolvido no que tange à existência dessa identidade.

Ressaltam-se os congressos sobre a temática afro-brasileira e negra, já que foram acontecimentos de suma importância para a identidade, pois seus participantes influenciaram diretamente nas formas de pensar de pesquisadores sobre os conteúdos acadêmicos ou militantes do movimento negro. As Frentes Negras, a partir de 1931, o próprio TEN, fundado no Rio de Janeiro na década de 1940, a Sociedade Floresta Aurora no Rio Grande Sul e tantas outras iniciativas educavam a partir de seus próprios espaços físicos as populações negras.

No “Primeiro Congresso Nacional do Negro” de Porto Alegre, realizado no ano de 1958, foi proposta a “Campanha Intensiva de Alfabetização do Negro Brasileiro”, projeto liderado pela Sociedade Beneficente Floresta Aurora com o auxílio e a colaboração das organizações negras, dos municípios e estados e da União.²⁹ Esses eventos demonstram o protagonismo coletivo de homens e mulheres negras, lado a lado, negociando com as instâncias políticas de poder soluções para a melhoria da vida cotidiana das populações afro-brasileiras.

Mobilização política e a afirmação

Décadas antes desses congressos, na cidade de Rio Grande, interior do Rio Grande do Sul, nasceu o sindicalista Carlos da Silva Santos (1904–1989).³⁰ Sem ilusão biográfica, como alerta Pierre Bordieu (2010), e por meio da renovação da história política – como aponta René Rémond (2003) – em que os sujeitos atuam sob as tensões sociais e culturais que os cercam, evidenciam-se as ações desse sujeito. Em virtude de seu campo social, já que o pai fora redator do Jornal “Voz do Escravo”, destacou-se como representante desse grupo. Inclusive, foi articulista do Jornal “A Alvorada”, jornal da imprensa negra de Pelotas na década de 1950.

Carlos Santos trabalhou em estaleiros navais e, em face de seus talentos oratórios, tornou-se líder sindical, além de integrar associações étnicas.³¹ Entre 1935 e 1937, assumiu como deputado classista, representando os operários de Rio Grande na Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre.³² Durante sua permanência como classista, fundou sindicatos em diversas cidades do Rio Grande do Sul e participou de congressos trabalhistas no Rio de Janeiro.

²⁹ GOMES, 2008.

³⁰ Para um aprofundamento da trajetória política de Carlos da Silva Santos, consultar nossa tese de doutorado (GOMES, 2014).

³¹ LONER, 2013.

³² Deputado classista foi uma categoria de deputado criado na Constituição brasileira de 1934 que procurou assegurar a representação dos trabalhadores no parlamento, consolidando a organização das categorias em sindicatos. Conforme

Foi no trabalhismo que Carlos Santos encontrou campo às suas reivindicações, já que o programa político do PTB contemplava aspectos alusivos às questões raciais e à harmonização das classes. Como católico fervoroso³³, pregava o equilíbrio das relações sociais e a importância da família.

Carlos da Silva Santos (1904–1989) foi o primeiro Governador negro em exercício no estado sulino e Deputado Estadual pelo PTB nos anos 60. Também integrante da Sociedade Floresta Aurora no mesmo período, respeitava muito enquanto negro e político a educação. Por ocasião da fundação do Centro Cultural Marcílio Dias no qual fora dirigente também notamos esta situação. Na fundação da organização negra, datada do dia 11 de junho de 1936, ele, através de um pronunciamento, dignificou a educação. A instalação oficial do Centro ocorreu no Teatro 7 de setembro, na cidade de Rio Grande. Naquela noite, o então deputado classista encerrou o seu discurso da seguinte maneira: “Salve, instrução, deusa da felicidade [...] advogada dos fortes e dos valorosos, estes olhos luminosos a nós volvei e depois deste desterro de ignorância e de todo maligno cortejo de que se acerca o analfabetismo, mostrai-nos o livro, o saber, a educação, a felicidade, o patriotismo e a liberdade [...]”.³⁴

Das 318 intervenções realizadas por Carlos Santos no parlamento sul-rio-grandense, 40 ou 12,57% foram em torno das demandas da identidade negra, perfazendo uma considerável mediação política em torno dessas causas.

Para Orlandi (2001, p.10), “no momento em que o sujeito diz o que diz, ele se assume como autor. Seus sentimentos, seus desígnios, suas expectativas e sua determinação são identificados”. O sujeito é determinado pela exterioridade, pela formulação discursiva, passível de contradições. Ainda segundo a autora, tratar a questão da ideologia é criar condições teóricas e metodológicas para observá-la; é observar o funcionamento do discurso. Enfatiza-se que a ação e o discurso são as formas com que os seres humanos aparecem uns aos outros. Uma vida sem discurso e sem ação é, literalmente, morta para o mundo; deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. “O agir, em seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, intervir, iniciar, começar, conduzir e, finalmente, governar, imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*)”.³⁵

Em 1967, Carlos Santos fora eleito pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Em 31 de janeiro, fora selecionado para o cargo de Presidente do Legislativo, sendo convocado para assumir o governo do Rio Grande do Sul em ocasião da viagem à Guanabara do governador Walter Peracchi Barcellos (1907–1986), da ARENA.³⁶

o registrado no primeiro discurso de Carlos Santos como deputado classista, na Assembleia em 26 de outubro de 1935, o político relacionava de maneira peculiar a causa dos trabalhadores à situação dos negros após 1888, ano formal da libertação. Mas, para ele, a carta de alforria dos trabalhadores deveria ser na “letra e na prática” ao invés da saída do cativo para a execução do “código de trabalho”, possibilitando uma nova abolição ou como costumava dizer, “Uma segunda abolição” (SANTOS, 1937, p.36). O termo: “segunda abolição” também foi utilizado por Barros Mulato no congresso afro-brasileiro de 1934, o que evidencia os problemas enfrentados pelos afro-brasileiros passados quatro décadas da abolição oficial da escravidão.

³³ CLEMENTE; BARBOSA, 1994.

³⁴ SANTOS, 1937, p. 99.

³⁵ ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. p. 220-221.

³⁶ GOMES, 2014.

Na ocasião, muitos jornais porto-alegrenses analisaram com satisfação a elevação de Carlos Santos ao posto máximo do estado, pois em virtude das disputas acirradas entre correligionários da ARENA e do MDB, partidos fundados no contexto da ditadura militar, esse personagem era uma unanimidade, inclusive representando, conforme o noticiado, a conciliação dessas duas facções, mesmo que temporariamente. Esse fato também foi utilizado pela imprensa sulina para dignificar a “harmonia das raças” e a “democracia racial” no estado, pois o exemplo servia como modelo para o sucesso brasileiro diante de outros países que mantinham os negros segregados, como os Estados Unidos e a África do Sul.³⁷

Por outro lado, essa situação evidencia o contexto ideológico dispensado aos políticos negros, já que se aceita a ascensão de Carlos Santos ao parlamento regional, diferentemente do caso de Monteiro Lopes no início da República. Todavia, isso não significou a superação do racismo. Foram os casos de discriminação racial – como o sofrido pela professora negra que não conseguia emprego e pelos negros impedidos de entrar em clubes – que o motivaram a encarar essa luta em plenário, já que no início de sua carreira política era adepto da democracia racial, que tornou-se devido as discriminações raciais sofridas pela comunidade negra um “famigerado mito”.³⁸

A forma mais usual de esses grupos solicitarem a mediação de Carlos Santos em seus problemas cotidianos era por meio de correspondências.³⁹ O deputado respondia todas as cartas enviadas para o seu gabinete.

Conforme as palavras de Carlos Santos, ao abrir as cartas enviadas, no final do ano de 1972: “Estou recolhendo e endereçando milhares de mensagens repassadas dos anelos mais vivos de paz, compreensão e amor, numa predisposição sensitiva e viver as alegrias do natal e o renovar de esperança [...]”⁴⁰.

Porém, algo transformou o que era fraterno em denúncia. Essa situação o atingiu diretamente, pois ocorreu com alguém de seu relacionamento. E, conforme relatou:

Com essas mensagens, porém, uma eu recebi mal escondendo por entre as frestas dos agouros natalinos, o ceticismo de uma jovem professorinha patricia e do interior do estado, com idade de apenas 20 anos e de pele de cor de ébano, formada há quase dois anos e durante o mesmo tempo, precisamente, enfrentando as barreiras intransponíveis das intolerâncias humanas [...].⁴¹

O tribuno, em tom de desabafo, continuou:

Não foi ela inerte diante da vida nem lhe faltou entusiasmo na defesa dos ideais que ordenou. Quando no início do curso, eu a incentivei acenando-lhes com as excelências do saber e a excelitude (*sic*) do carácter como armas indispensáveis nos entreveros pela busca de um

³⁷ GOMES, 2008.

³⁸ GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2005. (Coleção educação para todos).

³⁹ COSTA, José Luiz Pereira da. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre, 2013. Transcrição de informação oral.

⁴⁰ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, dez. 1972, fev. 1973, v. 254, p.72-73.

⁴¹ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, dez. 1972, fev. 1973, v. 254., p. 72.

lugar ao sol, motivada assim ela conseguiu o seu diploma e sentiu-se na posse de ‘ferramental’ próprio [...].⁴²

O parlamentar, conforme sua explanação motivou a professora “patrícia” a estudar e a ter honra.⁴³ Todavia, esses fatores – embora fundamentais para a luta de nossos sonhos – não foram as fórmulas para o sucesso da professora negra conhecida de Carlos Santos, por alguns motivos, como ele mesmo contou, no discurso que seguiu:

Mas agora no remoinho dos desencantos e frustrações sem conta ela reclama se logro tivesse sido o incentivo que, de alma aberta, lhe ofereci. Um ano e meio depois da formatura, nada obtendo junto à Delegacia de Ensino, descambou para o setor privado, onde enfrentando as preterições mais odiosas, lastima em carta seu desespero após doze anos de afanoso estudo [...]. É certo que muito mais do que a formal retribuição dos votos de Boas Festas, essa jovem e desolada patrícia – como tantas e tantas outras disseminadas por todo os quadrantes da Pátria – há de preferir a compensação auspiciosa e cabal das conquistas universais dos Direitos do Homem em termos do ‘ideal comum a ser atingidos por todos os povos e todas as nações’ [...].⁴⁴

Nesse contexto de autoritarismo, eram complicadas as pressões e os problemas enfrentados quanto aos debates referentes à discriminação racial, pois, como afirmou José Correia Leite, fundador da organização negra “Frente Negra Brasileira”⁴⁵ em entrevista referente às homenagens dos 80 anos da abolição: “[...] falar de racismo era tabu [...]”.⁴⁶ Ou seja, embora a educação fosse considerada uma das principais causas defendidas pelos agentes negros, ela por si só, sem ser legitimada por um conjunto de políticas antirracistas, fatalmente, esbarrava nos limites da “[...] democracia racial ou do racismo à brasileira [...]”.⁴⁷

Nas décadas de 1960 e 1970, os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos influenciam a América Latina. Martin Luther King, Malcon X, os Panteras Negras e a luta de libertação dos países na África Portuguesa mobilizam os negros brasileiros. Inclusive, no dia 26 de setembro de 1974, o político Carlos Santos fez novo discurso, agora sobre a independência de Guiné-Bissau. Conforme Santos falou da tribuna:

Tive a oportunidade de saudar, desta tribuna, no preciso instante da emancipação da Guiné-Bissau, o surgimento então da mais nova República Africana no seio do mundo livre. Ao lado da alegria de democrata e de júbilo cívico de descendente de africano ante da conquista da independência do nobre povo que, ao longo dos séculos, escorraçado vivia em sua própria terra [...].⁴⁸

⁴² ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, dez. 1972, fev. 1973, v. 254, p. 72. (Grifo Nosso).

⁴³ Termo em que ele se referia aos membros, como ele da comunidade negra, ou a rio-grandinos quando os assuntos não envolviam a questão racial, o que não era esse o caso, já que está nitidamente relacionado com a representação política da identidade negra.

⁴⁴ ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, dez. 1972, fev. 1973, v. 254, p. 72.

⁴⁵ A Frente Negra Brasileira, organização negra, fundada em São Paulo, e as suas existências em diversos cantos do Brasil, com núcleos na Bahia, Rio Grande do Sul e de Pernambuco (GOMES, 2008).

⁴⁶ CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968. p.1-175.

⁴⁷ DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando. Uma introdução à Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 58-85.

⁴⁸ ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270. p. 185.

Em outra ocasião, o parlamentar disse: “[...] a mim sobre modo empolga e alegre e interessa a grata nova elevação de Moçambique e de todas as demais colônias africanas à categoria excelsa das nações independentes [...]”.⁴⁹

Em 1978, passados 90 anos da abolição e em pleno contexto do regime militar, o “Movimento Negro Unificado”, o “Centro de Cultura e de Arte Negra”, os blocos afros e o “Grupo Palmares de Porto Alegre” iniciam uma “(re) apropriação e o retorno às origens”.⁵⁰ Para as organizações negras, políticas e culturais, assim como para os políticos e líderes afro-brasileiros, a exemplo de Carlos Santos, exaltar a África passou a ser fundamental em contraste com a função controladora exercida em outros tempos⁵¹.

Nesse contexto, por iniciativa de Oliveira Silveira, Antônio Carlos Côrtes e Ilmo Silva, integrantes do Grupo Palmares (1971–1978), de Porto Alegre, se tem a fabricação de novos referenciais simbólicos para a representação da identidade negra no Brasil.⁵² A alusão a Zumbi e ao dia 20 de novembro, data da sua morte, passam a fazer parte do calendário desse grupo. Antes, as populações negras eram comemoradas pelo estado brasileiro no dia 13 de maio de 1888. Ironicamente, uma data oficial comemorada no País como o dia da confraternização das raças.

Ademais, a partir de meados da década de 1970 e início da década de 1980, cientes dos poucos espaços que tinham na sociedade (como indicou a carta da professora negra escrita ao político Carlos Santos) e da falta de espaço dentro das organizações negras, as mulheres afro-brasileiras resolvem criar os seus próprios grupos, como o “Aqualtume”, de 1979 (RJ), “Luiza Mahin”, de 1980 (RJ), “Nzinga/Coletivo de Mulheres Negras”, de 1983 (RJ) e o “Coletivo de Mulheres Negras” (SP).⁵³ Amadurecidas em suas dinâmicas internas e externas, as organizações sociais negras passam a reivindicar, por meio de políticas específicas, oportunidades de educação e de trabalho, visando a atenuar os problemas enfrentados pelas populações afro-brasileiras.

Considerações finais

A participação das populações negras na história do Brasil reportam as origens desse território, já que a escravidão configurou-se como um sistema de longa duração. Todavia, o trabalho, a utilização militar na guarnição das fronteiras, os quilombos, as irmandades, as organizações negras, a imprensa negra, as ligas esportivas, as sociedades bailantes, o carnaval, as religiosidades, a alimentação, as personalidades políticas, as nuances da diáspora contemporânea e tantos outros temas compõem um universo a se descortinar sobre a trajetória afrodescendente.

⁴⁹ Para saber mais dos discursos de Carlos Santos sobre as independências africanas, ver GOMES, 2015. ANAIS DA ASSEMBLEIA, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185, Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185

⁵⁰ ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. EDUFSCAR, São Carlos: 2014. p. 219.

⁵¹ BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das Raças, Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001..

⁵² CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Porto Alegre, PUCRS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

⁵³ ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Neste artigo, demonstrou-se a importância da imprensa e das organizações sociais surgidas dentro das comunidades na luta contra os estereótipos e o racismo intensificado no pós-abolição. Os estudos afro-brasileiros, que trouxeram a contribuição cultural dessas populações, em consonância com a ideia de democracia racial, na prática se tornam ineficientes para resolver questões cotidianas. Por isso, as organizações negras ganham folego, já que, em virtude de uma pretensa aceitação cultural, em sociedade, a maioria dos afro-brasileiros, continuava analfabeta e desempregada. Tal situação passou a ser denunciada com força a partir da década de 1940 e 1950, em congressos liderados por Abdias do Nascimento e – a partir de 1970, com o conhecimento da luta dos países africanos e com a criação de novos referenciais simbólicos – tornou cada vez mais afirmativa à identidade negra que, por meio de núcleos preparados, definitivamente, foi legitimada.

Em 2018, passados 130 anos da abolição da escravidão no Brasil, entende-se que a Lei nº 10.639/2003 – decreto que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e instaurou a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira e a história da África nos currículos escolares – fora uma conquista dos agentes das organizações citadas, descendentes da diáspora africana no Brasil. Contudo, esse decreto surgiu no contexto das ações afirmativas brasileiras, já que, após a abolição (século XIX), as políticas educativas em prol dessas populações inexisteram. Muito pelo contrário: por meio dos estereótipos, a comunidade negra continuou a carregar estigmas, ativamente enfrentados e desconstruídos por líderes, impressos e associações negras que lutaram por reconhecimento social e por reparações políticas.

A Lei nº 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial, as políticas de cotas nas universidades federais e no serviço público e além da Lei nº 12.289/2010 que criou a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), entre outras iniciativas, podem ser consideradas metas oriundas das ações afirmativas, pois fazem parte do reconhecimento do estado brasileiro em promover e atenuar os problemas históricos que atingem a sociedade e, em específico, às populações afrodescendentes, antes e após a abolição. A Unilab é uma instituição que tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos.

Embora os representantes das populações afro-brasileiras por intermédio de suas organizações sociais jamais tenham utilizado o termo de ações afirmativas para as suas reivindicações, antes da década de 1970, as suas agências foram constantes a fim de afirmar, por meio da educação e da produção de conhecimento, a trajetória e a identidade das populações pretas e pardas brasileiras, politicamente denominadas negras.

Referências

ANAIS DA ASSEMBLEIA DO RS, Porto Alegre, dez. 1972, fev. 1973, v. 254, p.72.

_____. Porto Alegre, dez. 1972, fev. 1973, v. 254, p.72-73.

_____. Porto Alegre, Setembro de 1974. Vol. 270.p.185.

ANAIS – Estudos Afro-Brasileiros – *Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. Volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1935.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800-2000*. EDUFSCAR, São Carlos: 2014.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *Palácios das misérias: populares, delegados e carcereiros em Pelotas (1869-1889)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2013. Tese de Doutorado em História

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780-1888)*. Passo Fundo: FCM Editora, 2013.

BACELAR, Jeferson. *A hierarquia das Raças, Negros e Brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BENTO, Maria Aparecida. Branqueamento e Branquitude no Brasil. *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.55-105.

_____. *Razões práticas*. Campinas: Papyrus, 2010.

CADERNOS BRASILEIROS, *80 Anos da abolição*. Rio de Janeiro: Editora Cadernos Brasileiros, 1968. p.1-175.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O Grupo Palmares: um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. Porto Alegre, PUCRS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. *Carlos Santos, uma biografia*. Porto Alegre, PUCRS, 1994.

COSTA, José Luiz Pereira da. Entrevista [mar. 2013]. Entrevistador: Arilson dos Santos Gomes. Porto Alegre, 2013. Transcrição de informação oral.

DAMATTA, Roberto. Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira. In: *Relativizando. Uma introdução à Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p.58-85.

DAVIS, J. *Afro-Brasileiros hoje*. São Paulo: Selo Negro, 2000.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 10, n.1, jan.-jun, p. 25-40, 2005.

_____. Entre dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Org.). *O movimento negro brasileiro: escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009. p. 17-48.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora S.A, 1981.

GOMES, Arilson dos Santos. *A formação de oásis: dos movimentos fretenegrinos ao Primeiro Congresso Nacional do Negro em Porto Alegre - RS (1931-1958)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

_____. AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA A PARTIR DAS PRÁTICAS POLÍTICAS DE UM PARLAMENTAR AFROBRASILEIRO DO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1970. *Revista da ABPN* • v. 7, n. 17 • jul. – out, p.271-298, 2015. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/82>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

_____. O Trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958). In: *Temporalidades*, Belo Horizonte Vol. 4 n. 2 (Ago./Dez. 2012). Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/08p177.pdf>/ Acesso em: 17 out. 2013.

_____. *O universo das gentes do mar e a identidade negra nos discursos e práticas políticas de Carlos Santos (1959-1974)*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

GOMES, Flavio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. Raça, Pós-Emancipação, Cidadania e modernidade no Brasil. In____: *Da nitidez e invisibilidade – Legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.p.305-325.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Brasília, DF: SECAD/MEC, 2005. (Coleção educação para todos).

Jornal Quilombo, Junho e Julho de 1950, Ano II, nº10, p.09.

LONER, Beatriz Ana. *Classe Operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937*. Porto Alegre, PPG Sociologia UFRGS. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. Gerações e conjunturas: a família Silva Santos. In: *Anais do Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.*, 2013, Florianópolis. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363121657_ARQUIVO_geracoeseconjunturas.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MENDES, Amauri; SILVA, Joselina (Orgs.) *O Movimento Negro Brasileiro – escritos e sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; Al-Alam, Caiuá Cardoso; PINTO, Natália Garcia. *Os calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2013.

MÜLLER, Liane Suzan. “*As contas do meu rosário são balas de artilharia*” – *Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte, Autêntica, 2004. (Coleção Cultura e Identidade Brasileira).

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Recife: Ediouro, 1966.

NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo, HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.210-221.

_____; NASCIMENTO, Elisa Larkin. O negro e o Congresso Brasileiro. In MUNANGA, Kabengele (Org.). *O negro na sociedade brasileira: resistência, participação, contribuição*. 1 ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares – MINC, V.1, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. "Sou escravo de oficiais da Marinha": a grande revolta da marujada negra por direitos no período pós-abolição (Rio de Janeiro, 1880-1910). *Rev. Bras. Hist.* [online]., vol.36, n.72, p.151-172, 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882016000200151&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 18 nov. 2017.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

ORLANDI, Eni. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito Pereira. *Cultura e Afro-descendência: Organizações Negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Programa de Pós-Graduação em História – PUCRS, Porto Alegre, 2008. Tese de Doutorado em História.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2003.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In Antônio Sérgio Alfredo Guimarães e Lynn Huntley (orgs). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.p.240-244.

SANTOS, Carlos. *A predestinação do direito*. Rio Grande: Tipografia Leão XIII, 1951.

_____. *Sucata*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou “A Alvorada”: intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Rio de Janeiro, PPGH – UFF. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2000.

_____. *Prisioneiros da História: trajetória de intelectuais na imprensa negra meridional*. Porto Alegre, PPGH-PUCRS. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. “O negro no poder” no Legislativo: Abdias do Nascimento e a discussão da questão racial no Parlamento Brasileiro In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (org.). *O Movimento Negro Brasileiro – escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte, Nandyala, 2009, p.127-163.

SILVA, Fernanda Oliveira. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Mestrado em História. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. Rio de Janeiro, *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol.25. nº2 p.215-235, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n2/a02v25n2.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2006.

SINGER, Paul; BRANT, V.C. (org) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980.